



**Década das Nações Unidas da Educação
para o Desenvolvimento Sustentável
(2005-2014)**

Contributos para a sua dinamização em Portugal

Lisboa, 31 de Maio de 2006

Documento redigido por um Grupo de Trabalho reunido sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO e de que fizeram parte os seguintes especialistas:

Luísa Schmidt, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Coordenadora

Cristina Girão Vieira, Instituto da Conservação da Natureza

Fátima Matos Almeida, Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

João Pato, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

José Vitor Malheiros, Jornal "Público"

José Miguel Figueiredo, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI)

Lia Vasconcelos, Liga para a Protecção da Natureza (LPN)

Luís Morbey, Instituto do Ambiente (IA)

Luís Rocharte Álvares, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal

Mafalda Lapa, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica

Manuel Gomes, Depto. de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Maria Helena Correia, Instituto do Ambiente (IA)

Paula Antunes, Depto. do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Paulo Partidário, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI)

Raquel Mota, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Rosália Vargas, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica

Teresa Fonseca, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Teresa Goulão, Associação Bandeira Azul

4. Bibliografia - Documentos de Referência.....35

Sumário executivo

- A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável constitui uma **oportunidade ímpar** para fazer inscrever o tema na agenda nacional neste domínio.
- **Já existem suficientes diagnósticos** da situação que permitem avançar para a acção.
- Um primeiro passo será criar uma plataforma que funcione como núcleo de **articulação das iniciativas e agentes no terreno**, que suscite novas acções e o aparecimento de novos protagonistas.

Este documento

- identifica **áreas de intervenção prioritária** de grande efeito multiplicador
- propõe **acções transversais** para mobilizar vários sectores da sociedade
- identifica **projectos concretos** que considera capazes de dinamizar processos de mudança

As **áreas de intervenção prioritária** identificadas são **as Escolas e as Autarquias**. Em ambos os casos se propõe envolver a população (escolar e local) na produção de dados relativos ao Desenvolvimento Sustentável e na discussão de metodologias, problemas e soluções. Essa informação irá integrar bases de dados on-line multimédia georreferenciadas, de âmbito nacional e de actualização periódica. Estas actividades deverão contar com o apoio de ONG e de entidades científicas de certificação. No caso das autarquias pretende-se fazer uma avaliação em termos de DS que possa traduzir-se na atribuição de um galardão.

As **acções transversais** propostas envolvem os **Media**, o **Mercado** e as **Organizações Não-Governamentais**.

No caso dos **Media** pretende-se motivá-los para as questões do DS através de um esforço de auto-regulação e de formação, de forma a consolidar a opinião pública nesta área.

No caso do **Consumo**, pretende-se realizar acções de formação e divulgação sobre Consumo Sustentável, em colaboração com as empresas já despertas para a problemática do DS.

No caso das **ONG** pretende-se criar uma plataforma de associações cívicas para o DS a fim de potenciar a sua cooperação.

Outros **projectos concretos** propostos incluem:

- Um workshop anual sobre EDS
- Instituição de prémios UNESCO de EDS
- Uma exposição itinerante sobre DS
- Lançamento de uma chancela UNESCO / EDS a utilizar em projectos de EDS

As acções no domínio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal têm manifestado falta de articulação, falta de seguimento e, acima de tudo, falta de apoio político. O lançamento da Década deve marcar um ponto de viragem nesta situação.

1. Questões prévias

1.1. Preâmbulo

A Assembleia-Geral das Nações Unidas proclamou, em 2002, a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS) para o período 2005 – 2014 e designou a UNESCO para liderar o respectivo processo de implementação.

A UNESCO apresentou o Projecto de Plano de Aplicação Internacional da DNUEDS (PPAI-DNUEDS) em Janeiro de 2005.

Os ministros do Ambiente e Educação da região Europa das Nações Unidas aprovaram, em reunião realizada em Vilnius em Março de 2005, a Estratégia para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas.

Em Portugal, a Comissão Nacional da UNESCO constituiu, em Junho de 2005, um Grupo de Reflexão, composto por representantes de entidades da administração pública e representantes da sociedade civil (ONG, media, empresas, ensino superior, entidades oficiais, instituições de investigação científica, etc.), no sentido de apresentar propostas para desencadear o arranque da Década em Portugal.

O documento que agora se divulga, e que assenta nos pressupostos apresentados nos documentos acima referidos, constitui-se como um contributo para a discussão pública desta temática.

Esta proposta visa integrar diferentes agentes e iniciativas num propósito comum, promovendo espaços de reflexão e acção, assim

como uma plataforma facilitadora da articulação de projectos e iniciativas que diferentes entidades têm vindo ou virão a desenvolver no quadro da Década.

1.2. Contexto

1.2.1. Escala Internacional

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) é uma iniciativa ambiciosa e complexa e o seu objectivo global consiste em **integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável nas diferentes formas de aprendizagem com vista a fomentar as transformações necessárias para atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos.**

Esta Década baseia-se na visão de um mundo no qual **todos tenham a oportunidade de aceder a uma educação** e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas contribuindo para um futuro que compatibilize as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, implicando uma transformação positiva da sociedade.

Neste sentido, **a Década tem uma dimensão claramente utópica, cujo horizonte de ambição só pode ser assumido como um quadro orientador de valores** relativamente ao qual se procurem vias pragmáticas para suster e inverter o sentido dos processos que estão a conduzir à ruptura generalizada no ambiente e nas sociedades. Podemos, assim, **pensar uma EDS tendo em mente os grandes valores declarados, mas sobretudo um conjunto de Acções que contribuam para redireccionar o actual caminho de insustentabilidade em que se conduz o desenvolvimento na maior parte das sociedades.**

As orientações da **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal** apontam no sentido de se ter em conta outras recomendações e iniciativas internacionais, das quais se salientam:

- A Agenda 21, na sequência da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro de 1992
- A Cimeira de Joanesburgo de 2002
- Os Objectivos do Milénio aprovados pela comunidade internacional em 2000
- A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em 1990, em Jomtien, e reafirmada no Fórum Mundial sobre Educação para Todos celebrado em Dacar, em 2000
- A Década das Nações Unidas da Educação para a Alfabetização (2003-2012).

1.2.2. Escala Nacional

Convém recordar alguns antecedentes da dinâmica recente da sociedade portuguesa que têm incidência directa sobre um programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

- Portugal saltou abruptamente de uma sociedade rural depauperada, mas sem graves afectações ambientais, para uma sociedade “pseudo-modernizada”, que actualmente não tem nem os benefícios suficientes do processo de modernização adoptado, nem a condição ambiental do arcaísmo de onde saiu.
- Esta transição fez-se sem um acompanhamento do sistema educativo que corrigisse os elevados défices de literacia nacionais, não preparando o país para os novos desafios da competitividade e globalização. Não foram criadas as necessárias competências para as novas necessidades e o país apresenta lacunas de recursos humanos em áreas-chave, bem como um défice de participação cívica em vastos sectores da população.
- Portugal chegou tarde à questão do Desenvolvimento Sustentável e ainda não integrou na sua cultura cívica, económica e política, bem como nas suas dinâmicas de acção, os valores que lhe são inerentes. Não há continuidade nos processos, nem capacidade de articulação entre valores e acção.
- Este processo de mudanças abruptas gera algumas das principais tensões da insustentabilidade em Portugal:

- Desordenamento do território e desfiguração dos quadros de paisagem, com forte desvalorização do mundo rural;
 - Baixa eficiência energética e excessiva dependência de combustíveis fósseis, aliada a uma agudização dos factores que conduzem às alterações climáticas;
 - Sistema de transportes demasiado assente no sector rodoviário e no transporte particular;
 - Degradação acentuada dos recursos naturais, nomeadamente das águas doces e costeiras, das florestas e perda de biodiversidade, assim como a inexistência de uma política de protecção dos solos;
 - Assimetrias sociais e regionais de vária ordem com largas faixas da população em situação de pobreza e exclusão social, entre outros.
- Em Portugal, os objectivos de uma política para o Desenvolvimento Sustentável defrontam-se ainda com obstáculos importantes a nível da resistência com que os poderes políticos (centrais e locais) encaram as políticas que não produzam resultados de crescimento económico visíveis a prazos não superiores a 4 anos. Esta situação verifica-se tanto mais quanto, a nível do Desenvolvimento Sustentável, as práticas não estão ainda enraizadas nas políticas sectoriais e existem situações problemáticas no domínio da legislação, dos planos de acção e das estratégias¹.

Neste contexto, que directrizes estratégicas adoptar a nível nacional para dar resposta ao desafio lançado pelas Nações Unidas e que Portugal subscreveu oficialmente? Como aproveitar a oportunidade da Década? Que acções dinamizar que sejam exequíveis e que impliquem os diversos agentes e dinâmicas do Desenvolvimento Sustentável? Como tornar eficaz e concretizável um programa de acção nacional numa área que, acima de tudo, procura a difícil e complexa mudança social?

¹ Veja-se o caso da ENDS que, entre 2002 e 2006, já conheceu três versões, a última das quais se encontra actualmente em discussão pública, ou o caso da Agenda 21 Local (A21L) em que, depois dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro (1992) e da assinatura da Carta de Aalborg (1995) por parte de vários municípios, não houve, até agora, nenhum compromisso oficial para a sua implementação em Portugal. O peso reduzido das iniciativas neste âmbito coloca-nos na cauda do desempenho europeu.

Cinco objectivos para a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal

- Valorizar a função fundamental que a educação e a aprendizagem desempenham na procura comum do Desenvolvimento Sustentável;
- Facilitar as relações e o estabelecimento de redes, o intercâmbio e a interacção entre as partes interessadas na EDS;
- Proporcionar um espaço e oportunidades para melhorar e promover o conceito de Desenvolvimento Sustentável e a transição para esse desenvolvimento mediante todos os tipos de sensibilização e aprendizagem dos cidadãos;
- Participar na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no domínio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- Elaborar estratégias, a todos os níveis, para reforçar as capacidades em matéria de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

2. As propostas deste documento

Têm-se verificado esforços positivos na elaboração de documentos de cariz estratégico que permitem enquadrar um plano nacional para o Desenvolvimento Sustentável (casos da ENDS e do PNPOT²). O mesmo acontece ao nível do diagnóstico dos principais problemas.

A principal dificuldade diz respeito, portanto, a garantir de forma continuada o empenho político que permita concretizar as medidas propostas e em suscitar uma intervenção organizada por parte da sociedade civil.

A mobilização internacional verificada em torno da Década, e o crescente reconhecimento social dos problemas de sustentabilidade, permitem-nos ver o actual momento como uma oportunidade de fazer progredir a agenda nacional neste domínio.

Neste sentido, este documento reconhece como seu património os documentos estratégicos internacionais e nacionais que estão na origem das políticas globais para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que entende oferecerem um suficiente enquadramento das futuras iniciativas. Pretende, acima de tudo, contribuir para o arranque da Década defendendo a necessidade de avançar sem demora para o terreno. Para isso, o documento identifica **áreas de intervenção**, propõe **acções transversais** e apresenta **projectos concretos** que considera capazes de dinamizar processos de mudança.

As propostas aqui apresentadas possuem uma forma ainda embrionária e encontram-se em aberto. Entendemos porém que é necessário avançar, fazendo, e assumindo o risco de escolher.

Essa escolha de áreas e iniciativas particulares não visa excluir projectos já em curso ou que venham a surgir mas, pelo contrário, criar uma **plataforma catalizadora que funcione como núcleo de integração e articulação das diversas iniciativas e dos diferentes agentes no terreno.**

Assumimos, portanto, que não partimos de um **“Plano Nacional”** elaborado nem de um “Programa” estruturado com base nesse “Plano”, mas sobretudo de **Projectos** que têm como objectivo principal iniciar o processo da Década em Portugal. Acreditamos que o arranque desses projectos e que a sua coalescência e maturidade constitui uma condição necessária para vir a elaborar um Plano

² PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Nacional e respectivo Programa de Acção que dêem resposta adequada aos objectivos da Década.

Foi um exercício a pensar num futuro entre o desejável e o possível que orientou a definição das metas e ajudou a seleccionar áreas e projectos que, pelo seu carácter estruturante, tenham o potencial de criar um “efeito de arrastamento” que implique as várias dimensões de actuação, bem como os diversos grupos, agentes e instituições a dinamizar.

Repetimos que se trata de um **processo em aberto**, não por insuficiência dos dados actuais, mas porque se pretende ir incorporando as experiências que se revelem mais positivas, de forma a criar uma dinâmica realmente mobilizadora, inclusiva e de eficiência crescente. Neste contexto o diagnóstico e a avaliação devem ser permanentes.

Os objectivos genéricos, as metas concretas a atingir até 2014 e as propostas que compõem este documento nascem num quadro de referência constituído:

1. pelas quatro dimensões do Desenvolvimento Sustentável (Social, Ambiental, Económica e Institucional) e
2. por um conjunto de seis Princípios de Actuação, definidos a seguir.

Este documento identifica:

- a) as **áreas de intervenção** (infra-estruturas e instituições a envolver) e **grupos-alvo** a mobilizar
- b) um conjunto de **projectos** que considera especialmente dinamizadores, mas apontados a título meramente indicativo. Caso se verifique interesse por parte dos seus promotores, esses projectos poderão servir como núcleos de agregação de outras acções da Década;
- c) as **acções transversais** a desencadear.

2.1. Princípios de Actuação

Os princípios de actuação que devem orientar os Projectos e Acções da Década são:

A. Integração / Cooperação

Promover a integração ou articulação entre iniciativas, projectos, agentes e instituições, numa lógica cooperativa de partilha de experiências e recursos e utilização de plataformas comuns.

Factores-chave - Bons sistemas de informação, formalização de boas práticas de comunicação.

Objectivos - Evitar duplicações e dispersão de esforços, garantir eficácia, aumentar eficiência.

B. Mobilização / Participação

Identificar e mobilizar todos os grupos-alvo, agentes e instituições fundamentais para levar a cabo e garantir o sucesso das acções, tendo em conta o enorme défice existente no país em termos de sensibilização, informação, formação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Alargar a mobilização a todos os grupos interessados ("constituencies"), num processo inclusivo e formador de participação.

Factores-chave - Multiplicar o número de agentes locais envolvidos, realizar campanhas de informação, utilizar ferramentas de debate e participação como as consultas públicas ou as conferências de consenso.

Objectivos - Identificar e combater os factores de inércia, garantir recursos humanos qualificados, estimular a cidadania activa.

C. Co-responsabilização / Transversalidade

Envolver os agentes e instituições relevantes no contexto de cada iniciativa, estimulando relações horizontais e verticais de forma a promover uma cultura de co-responsabilidade social em termos de sustentabilidade.

Factores-chave - Estabelecer canais de comunicação, assim como uma relação de confiança entre agentes com culturas diversas, e desenvolver a capacidade de intermediação.

Objectivos - Promover não só o aparecimento de mais actores sociais, mas também garantir que os grupos já existentes se tornem actantes, com uma clara assunção de responsabilidades e dispostos a assumir a liderança de processos. Facilitar os processos de mudança complexos, que abrangem actores diversos, e criar exemplos positivos de parcerias "win-win".

D. Comunicação / Divulgação / Informação

Nenhuma estratégia de Desenvolvimento Sustentável pode ser levada a cabo sem o estabelecimento de canais de comunicação, assegurando que a informação chega a todos os parceiros sociais. Deve tornar-se evidente os ganhos de todos e de cada um e divulgar os exemplos mais interessantes e mais dignos de emulação. Nenhuma estratégia de cooperação,

mobilização e co-responsabilização pode ser posta em prática se não existir uma rede que garanta a troca de informação de forma fluida, de modo a alimentar a confiança de todos e a permitir um acompanhamento, em tempo real, da evolução do sistema.

Factores-chave - Captar e envolver os meios de comunicação social como parceiros cruciais deste processo e estimular a troca de informação (horizontal e vertical: blogues, mail, sites comunitários, etc.).

Objectivos - Fazer chegar a cada agente e instituição a informação que lhe permita agir de forma mais eficiente em tempo útil: saber quem está a fazer o quê, onde estão os recursos, os potenciais parceiros e a informação necessária.

E. Monitorização / Avaliação / Levantamento

Avaliação das dinâmicas existentes no país ao nível da administração central e local, ao nível das iniciativas da sociedade civil (ONGA, ONGD, associações, empresas, etc.) e ao nível da rede escolar. Para agir é preciso saber o que temos, do que precisamos, o que fazemos, o que resultou e o que se pode fazer para melhorar procedimentos. O levantamento da situação inicial, a monitorização do progresso de uma dada acção e a avaliação do seu impacto são passos essenciais de todas as iniciativas. Levantamento, monitorização e avaliação não são, porém, passos sequenciais, mas parte de um processo iterativo a integrar todas as acções.

Factores-chave - Definir "a priori" os métodos de levantamento, monitorização e avaliação de cada projecto; consagrar os devidos recursos a essas actividades

Objectivos - Fazer um ponto de situação nacional. Identificar os factores críticos de sucesso ou insucesso de cada acção. Identificar boas práticas (gestão, comunicação, mobilização, etc.). Melhorar a competência na concepção de iniciativas. Avaliar as relações custo-benefício.

F. Inovação / Experimentação

Estimular a experimentação de novas abordagens, a inovação nos processos e postura dos agentes envolvidos, bem como a adopção de novas soluções. Lançar projectos-piloto devidamente monitorizados e criar uma rede de "lugares avançados" a partir de experiências exemplares de implementação de projectos de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, assim como de projectos de Desenvolvimento Sustentável.

Factores-chave - Ultrapassar a "cultura de pobreza", na qual a escassez de recursos anula todos os projectos arriscados, e o conservadorismo, que penaliza a heterodoxia e asfixia a inovação. Aceitar que nem todos os projectos serão bem sucedidos mas estar disposto a correr o risco de experimentar.

Objectivos - Valorizar uma cultura de inovação e experimentação no âmbito dos projectos e iniciativas quer de Educação para o Desenvolvimento Sustentável quer de Desenvolvimento Sustentável. Difundir a ideia de que se aprende tanto ou mais com os erros (desde que devidamente analisados e compreendidas as causas do insucesso) do que com as vitórias. Aproveitar a capacidade catalisadora do Plano Tecnológico, mobilizando a Universidade e as entidades de investigação.

Estes princípios não são apenas preocupações abstractas, mas critérios que devem fazer parte de qualquer processo de avaliação e uma "check-list" a ter em conta na concepção e gestão dos projectos. O que se pretende é que, perante uma acção concreta, os seus promotores e participantes se coloquem questões como: esta acção estimula a cooperação entre diferentes agentes? Mobiliza os agentes locais? Abarca todos os agentes co-responsáveis por um dado processo? Inclui uma estratégia coerente de comunicação? Concebeu mecanismos viáveis de avaliação? Tenta ensaiar novas formas de acção? Pode fazer mais nestes campos?

2.2. Objectivos e Metas

Neste capítulo apresentam-se os **Objectivos estratégicos**, os **Objectivos operacionais** e uma relação de **Metas quantificáveis** que deverão permitir a realização de cronogramas e uma monitorização dos resultados alcançados.

São referidas ainda **acções de longo, curto e médio prazo** (ainda que não tenha sido essa a estruturação escolhida, já que muitas delas, se não todas, se alongam por esses estádios temporais). Deve ter-se presente, porém, que todas as acções devem começar "hoje". Não se pressupõe que o início de uma deva esperar pela conclusão de outra. Decorre daqui que a **implementação destas medidas requer um número elevado de equipas trabalhando em paralelo, de forma autónoma mas coordenada**. A mobilização destas equipas e a sua coordenação constitui um desafio maior para Portugal no âmbito da implementação da Década.

Deve ter-se em conta que, com frequência, se faz referência a informação ou projectos de Desenvolvimento Sustentável e não

especificamente ao conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Ainda que este último seja o conceito central de todo este documento, consideramos que **é também através do conhecimento de dados reais sobre a situação do país e do planeta e através do verdadeiro envolvimento em acções que visam o Desenvolvimento Sustentável que se consegue levar a cabo a própria Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** Para além disso, para determinados grupos-alvo será particularmente interessante a divulgação de acções conducentes ao Desenvolvimento Sustentável, como forma de mostrar que ele é possível e realizável. De facto, este processo educativo visa não só dominar os conceitos, mas passá-los à prática – não se trata apenas de “saber” o Desenvolvimento Sustentável mas “fazer” Desenvolvimento Sustentável.

2.2.1. Objectivos estratégicos – As mudanças de fundo

- Aproveitar as oportunidades que a Década representa para **inscrever de forma permanente o Desenvolvimento Sustentável nas agendas mediática, empresarial, científica e política** nacionais. Mobilizar para esse fim as instituições e os profissionais das várias áreas.
- Difundir e **inscrever na opinião pública** as preocupações do Desenvolvimento Sustentável.
- Definir uma **Estratégia Nacional de Educação Para o Desenvolvimento Sustentável.**
- **Integrar as preocupações do Desenvolvimento Sustentável**, de maneira formal, nas estratégias, no planeamento e nos métodos de avaliação públicos e privados, assim como nos acordos, protocolos e grandes investimentos nacionais e transnacionais.
- Difundir uma **cultura eco-responsável na Administração** e designadamente na política de aquisições públicas (“green procurement”). Estado em geral e sector empresarial do Estado em particular devem assumir neste domínio um papel exemplar.
- **Incentivar a investigação científica multidisciplinar na área do Desenvolvimento Sustentável** e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, integrando sistematicamente as valências das ciências naturais e das ciências sociais nas dimensões de investigação.

- **Transformar a escola (nos vários graus de ensino) num pólo de produção e difusão de informação sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável** ao nível local e nacional, assim como num agente de intervenção e num motor de mobilização da sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa. Esta transformação deve ser um dos pilares base de uma Estratégia Nacional de EDS e deve estar consubstanciada nas políticas do Ministério da Educação, do Ministério do Ambiente e do Ministério da Ciência.
- Estimular as autarquias a adoptar **práticas transparentes de recolha, validação e difusão de informação local** relevante em termos de Desenvolvimento Sustentável e de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, incentivando a participação dos cidadãos e de outros agentes nesses processos. Estimular a prática da publicação de relatórios periódicos incluindo as questões do Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- Estimular as empresas a adoptar **processos e comportamentos visando o Desenvolvimento Sustentável** e políticas de informação ao consumidor sobre os seus produtos, bem como práticas de transparência sobre os seus processos de produção que permitam induzir nos consumidores comportamentos de consumo sustentável, criando um “círculo virtuoso” entre estes dois pólos.
- Estimular uma cultura de responsabilidade social no seio das empresas, difundindo no tecido empresarial as práticas de avaliação e monitorização do seu impacto em termos de Desenvolvimento Sustentável.
- Estimular e consolidar uma cultura de cruzamento de saberes e de cooperação entre os vários agentes que se encontrem mobilizados para a causa do Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente (mas não exclusivamente) instituições oficiais, empresas e ONG, de forma a explorar sinergias e complementaridades.
- Estimular uma cultura de participação cívica em todos os domínios do Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- Estabelecer com os PALOP e os países lusófonos em geral uma Parceria para o Desenvolvimento Sustentável e para a Educação

para o Desenvolvimento Sustentável – baseada numa troca de informação, na realização de investigação conjunta em projectos multipolares, na partilha de recursos e de materiais em português para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

2.2.2. Objectivos operacionais – As coisas a fazer

- Identificar um conjunto de **indicadores de Desenvolvimento Sustentável** e de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e avaliar a sua evolução a nível local e nacional através dos dados colhidos por diferentes entidades. Disponibilizar essa informação de forma aberta e estimular a discussão sobre a sua escolha, a metodologia da sua produção e a sua utilização. Ter em conta, na identificação destes indicadores, as recomendações do grupo de peritos reunidos no seguimento do encontro de Vilnius. Estudar a criação de um **Índice Nacional de Sustentabilidade** com base nesses indicadores.
- Criar um **repositório nacional de informação** acessível, actualizável e pesquisável *on-line* sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Esse repositório deve evoluir para uma base de conhecimento (“knowledge base”) e deve incluir informação sobre:
 - indicadores de Desenvolvimento Sustentável e de Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
 - projectos concluídos, em curso ou em concepção;
 - agentes públicos e privados (pessoas e instituições);
 - materiais e recursos disponíveis no âmbito específico da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- Criar em parceria com os PALOP e os outros países lusófonos um **repositório internacional on-line** de materiais e recursos de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a serem produzidos de forma cooperativa e de uso livre no âmbito da lusofonia.
- Identificar os repositórios de informação já existentes no domínio do Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e encontrar forma de os integrar, de compatibilizar as suas metodologias ou, pelo menos, de promover a sua utilização integrada (nos domínios da recolha, validação, difusão e pesquisa).

- Promover **mecanismos de transparência** ao nível dos investimentos e das instituições financeiras, de modo a fazer valer o direito que os cidadãos têm a saber onde o seu dinheiro está a ser aplicado (no domínio público e / ou privado) e a poderem escolher investi-lo em projectos ou iniciativas que visem o Desenvolvimento Sustentável.
- Introduzir **mecanismos de informação** ambiental nas empresas cotadas na Bolsa (como forma de promoção de uma cultura de lealdade, transparência e responsabilidade social).
- Criar mecanismos que incentivem as empresas a produzir Relatórios de Sustentabilidade anuais e a difundi-los na Internet.
- Criar um **sistema de informação** sobre Desenvolvimento Sustentável e de Educação para o Desenvolvimento Sustentável de apoio aos media, contendo informação actualizada sobre políticas, indicadores e contactos de peritos nas diversas áreas.
- Criar **competências** específicas no domínio da divulgação e comunicação científica através de iniciativas de formação pós-graduada, bem como da criação de gabinetes de comunicação nas instituições universitárias e de investigação. Estes aspectos devem dirigir-se não só ao Desenvolvimento Sustentável como à Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- **Georreferenciar** de forma integrada os dados disponíveis sobre Desenvolvimento Sustentável. A capacidade de georreferenciar informação constitui uma ferramenta essencial na mobilização das populações locais – para além da sua utilidade em termos de planeamento.
- Criar e disponibilizar ferramentas de comunicação que facilitem a **participação cívica** e o **trabalho cooperativo**. Difundir não apenas informação sobre Desenvolvimento Sustentável mas também sobre as formas de acção possíveis ao nível local e facilitar o encontro de parceiros e a criação de grupos de cidadãos com interesses comuns (“matchmaking”).
- Incluir nos guias de boas práticas, nos manuais de procedimentos institucionais e nos códigos das várias profissões as preocupações do Desenvolvimento Sustentável. Estimular a adopção de Guias de Sustentabilidade por parte das empresas.
- Criar **relações de cooperação** e manter trocas de informação, a nível internacional, com os organismos de outros países

responsáveis pela implementação da Década. Criar mecanismo de troca de informação sobre boas práticas de EDS e casos de sucesso.

- Organizar **cursos de formação** sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável destinados a profissionais de diversas áreas que vão começar a ser solicitados com uma nova premência neste âmbito (de autarcas a professores, de jornalistas a publicitários, de gestores a elementos de associações cívicas).

2.2.3. Metas quantificáveis – Acções concretas e datas

- As questões da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e os valores que lhe são inerentes devem estar equacionados até **2007**, para serem integrados nos currículos de todos os níveis de ensino até **2010**.
- A prática de projectos no âmbito da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, levados a cabo pelas escolas de todos os graus de ensino e envolvendo a comunidade, deve tornar-se uma rotina. Em **2007** estes projectos deverão abranger 10 por cento das escolas, 25 por cento em **2010** e em **2014** deverão envolver a maioria das escolas de todos os graus de ensino.
- Criação de **cursos técnico-profissionais** voltados para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e inclusão da componente de DS nos cursos de outras temáticas.
- A **formação contínua de professores** deve contemplar o desenvolvimento de competências profissionais no domínio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, aconselhando-se que todas as acções de formação, até 2007, sejam enriquecidas com conteúdos neste domínio e que, a partir de 2010, incluam obrigatoriamente um módulo de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- Inserir formalmente as questões da sustentabilidade nos **currículos** das licenciaturas de comunicação social, jornalismo, relações públicas, publicidade e *marketing* – quer através de cadeiras específicas, de módulos dessas cadeiras ou de *workshops*. Data limite: 2007.
- Desenvolver os **currículos** de cursos de formação sobre Desenvolvimento Sustentável com diferentes graus de profundidade e extensão (1 dia, 2 dias, 5 dias, por exemplo)

destinados a não especialistas (jornalistas, publicitários, autarcas, etc.). O módulo final destes cursos deve incidir sobre as profissões abrangidas. Os currículos serão actualizados anualmente e o seu conteúdo deve ser disponibilizado na Internet sob a forma de aulas on-line. Os currículos deverão estar prontos em 2007 e nesse mesmo ano deverão ser iniciados os cursos.

- Criar um **curso anual** de Desenvolvimento Sustentável a ser ministrado pelo Cenjor – Centro Protocolar de Formação de Jornalistas. Data limite: 2007.
- Instituir uma **Cátedra UNESCO** de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Data limite: 2007.
- Criar um **“Guia de Boas Práticas de Sustentabilidade”** a ser adoptado pelas escolas e pelas Universidades, que regule o seu funcionamento quotidiano. Data limite: 2007.
- Organizar um **exercício de auto-avaliação** por parte das várias licenciaturas sobre o grau de penetração das temáticas do Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos seus currículos (com especial relevância para as licenciaturas que conduzam à formação de professores). Discutir, fazer recomendações e divulgar os resultados desse exercício. Data limite: 2010.
- Instituir que todos os **projectos de I&D** candidatos a financiamento do Quadro Comunitário de Apoio explicitem de que forma integram as preocupações do Desenvolvimento Sustentável (quer de forma intrínseca aos objectivos do projecto, quer nas metodologias adoptadas). Ainda que essa questão possa não ser um critério de avaliação e selecção do projecto, esse exercício de reflexão revelar-se-á certamente produtivo para os próprios promotores dos projectos e para as comissões de avaliação das candidaturas. Data limite: 2007.
- Propor à Fundação para a Ciência e a Tecnologia a criar um **programa de investigação multidisciplinar** dedicado às várias dimensões do Desenvolvimento Sustentável, incluindo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Data limite: 2007.
- Os objectivos do Desenvolvimento Sustentável devem ser contemplados em todos os Planos a elaborar e implementar à escala nacional, regional e local – quer se trate de iniciativas públicas quer privadas. A partir de 2007 todos os Planos de

iniciativa da administração central e de empresas públicas devem incluir um capítulo relativo ao seu impacto em termos de Desenvolvimento Sustentável com indicadores monitorizáveis. A partir de 2010, essa prática deve estar alargada às restantes áreas da administração pública. Em 2014 não deve ser aceitável que, por exemplo, um plano municipal ou um plano de marketing de uma empresa não inclua esta dimensão.

- As questões do Desenvolvimento Sustentável devem estar incluídas formalmente nas candidaturas e como critério de avaliação e selecção em todos os **projectos candidatos a financiamento público**. A medida deve ser posta em prática a partir de 2007.
- As Autarquias deverão publicar um **balanço** dedicado à evolução do Desenvolvimento Sustentável do seu município no final de cada ciclo eleitoral. A medida deve ser posta em prática a partir de 2007. Esta prática deverá evoluir para a apresentação de balanços de sustentabilidade anuais por parte dos municípios (medida a pôr em prática em 2014).
- Inscrever os princípios do **Comércio Sustentável e do Consumo Sustentável** entre os objectivos de todas as associações empresariais e de consumo nacionais e regionais. Esta tarefa deve estar concluída em 2010.
- As empresas devem disponibilizar nos seus sites na Internet informações sobre os seus **produtos, serviços e processos de produção** focando as questões da sustentabilidade. Esta responsabilidade deve ser assumida individualmente por cada empresa e colectivamente por todas as associações empresariais. Esta tarefa deve ser levada a cabo pelas empresas líderes a nível nacional (as 100 maiores) ainda em 2007, abranger o universo das 500 maiores em 2010 e das cinco mil maiores em 2014.
- Criar e manter um **site na Internet** com informação sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável que funcione como plataforma giratória entre os diferentes agentes envolvidos nestas questões, integrando a informação por eles produzida, e contendo funcionalidades que estimulem a participação dos cidadãos. O site deve ser lançado em 2007 e deve estar plenamente operacional em 2010.
- Criar e manter um **site na Internet** de recursos para jornalistas nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e da

Educação para o Desenvolvimento Sustentável (dados, informação institucional e contactos de especialistas). O site deve estar plenamente operacional em 2007.

2.3. Áreas de Intervenção

- As infra-estruturas mais adequadas a funcionar como portais de entrada para a DEDS, num país como Portugal, são as **escolas** dos diversos graus de ensino.

Os destinatários são fundamentalmente os professores e os estudantes, realçando-se a necessidade de promover programas e projectos prioritariamente no ensino secundário e universitário³.

No que diz respeito ao ensino profissional, os cursos devem passar a integrar o tema da sustentabilidade em todas as áreas de formação.

- Quanto às **autarquias** deverão funcionar como instituições promotoras quer do Desenvolvimento Sustentável quer da Educação para o Desenvolvimento Sustentável uma vez que representam o nível de poder político mais próximo dos cidadãos. Parte das suas actuações poderão ser potenciadas na sua ligação ao ensino, numa perspectiva de "cidades educadoras"⁴.

2.3.1. Projecto-Plataforma

Tanto nas Escolas como nas Autarquias propõe-se a criação de uma plataforma de uso comum que consistirá numa **base de dados multimédia georreferenciada**, de âmbito nacional e de actualização periódica. Esta base de dados deverá estar disponível num site web onde se deverá disponibilizar igualmente informação sobre o processo de recolha e validação dos dados e um espaço de discussão pública.

³ Registe-se que, em pesquisas recentes, se tornou claro que os projectos de educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável se concentram sobretudo nos primeiros graus de ensino, reduzindo-se substancialmente durante o ensino secundário e tornando-se residuais no caso do ensino superior ("Educação Ambiental: balanço e perspectivas". Lisboa: OBSERVA, 2005-2006).

⁴ www.edcities.bcn.es

Esta plataforma deverá integrar dados recolhidos pelas várias escolas e autarquias, com o apoio das organizações não-governamentais. Este projecto constituiria um grande projecto nacional de trabalho cooperativo com vista a:

- criar um retrato dinâmico do país do ponto de vista da EDS
- integrar e correlacionar conhecimentos dispersos e de cariz diverso
- fornecer informação em tempo real sobre os projectos em curso num dado domínio / temática ou região
- criar hábitos de cooperação interdisciplinares e transregionais (infra nacionais)
- envolver a comunidade, em geral e os estudantes, em particular, num projecto “real” de uso profissional
- fomentar a mobilização local e nacional, bem como a participação e o debate público em torno dos dados colhidos.
- mobilizar as comunidades locais para a criação e aplicação de soluções inovadoras que permitam dar resposta às questões do Desenvolvimento Sustentável na sua região.

Paralelamente ao desenvolvimento da Plataforma, torna-se necessário avançar para o terreno, apoiando projectos novos e/ou potenciando iniciativas já em curso, com reconhecido interesse nacional e que se enquadrem nos objectivos, nos princípios de actuação e metas atrás enunciados.

2.3.2. Projectos-Escolas

Para conseguir a mobilização dos jovens é necessário envolvê-los em trabalho de campo com vista à produção de conhecimento relevante e à invenção e aplicação de soluções práticas.

Pretende-se identificar “**projectos-tipo**” concretos – cuja intenção prioritária seja recolher, tratar e difundir dados de forma sistemática, estruturada e continuada, visando produzir informação e/ou acções para uso público efectivo.

Esses projectos deverão ultrapassar claramente o âmbito da escola, envolvendo a comunidade (alunos, famílias, populações locais, autarquias, instituições oficiais) em parcerias e iniciativas comuns.

Pretende-se conseguir um efeito de arrastamento em cada projecto que potencie o funcionamento em rede entre actores e instituições à escala local, regional e nacional.

Será necessário criar instâncias de validação da informação recolhida, convocando para o efeito as instituições com as devidas competências.

A divulgação dos dados deverá ser feita ao público em geral e canalizada para os meios de comunicação social, com vista à sensibilização e mobilização social para a melhoria do ambiente e da qualidade de vida.

Espera-se desta forma estimular entidades públicas e privadas a melhorar os seus **critérios e redes de monitorização** e a **incentivar as boas práticas**, tanto na utilização de tecnologias mais limpas e eficientes nos processos de produção, como na instalação/construção de infra-estruturas.

Objectivos

- Contribuir para uma cartografia de dados nacionais sobre Desenvolvimento Sustentável (ambientais, económicos, sociais, institucionais) mobilizando os alunos e professores para a produção e tratamento de dados e a construção de indicadores.
- Incentivar a concepção, aplicação e divulgação de soluções eficientes e inovadoras para problemas locais concretos.
- Inserir a comunidade escolar numa rede de cooperação que abarca a comunidade local e se estende a organizações científicas nacionais.

Efeitos de arrastamento

- Envolver os estudantes e, por via deles, a comunidade local, bem como os diversos agentes sociais, económicos e políticos para os problemas do Desenvolvimento Sustentável.
- Colmatar lacunas de informação das redes nacionais de monitorização de dados.
- Envolver as instituições oficiais e científicas na validação dos dados.
- Estimular boas práticas e melhorias tecnológicas nos processos de produção industrial, nos serviços e na construção de infra-estruturas.

Exemplos

Existem várias iniciativas no terreno que já são ou podem ser orientadas no sentido da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, de que são exemplo, entre outras, as seguintes:

- Agenda 21 Escolar;
- Castro Verde Sustentável;
- Coastwatch;
- Ecocasa;
- Eco-escolas;
- Jovens Repórteres para o Ambiente;
- Padre Himalaya;
- Rede de Escolas Associadas da UNESCO;
- Rede de Projectos do Programa Ciência Viva;
- Rede Educação do Consumidor;

Existem, também, projectos em emergência que merecem aqui ser referidos pela sua pertinência e enquadramento no contexto da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, dos quais destacamos os seguintes:

- Projecto *Alterações Climáticas Carbon Force* (Coordenação: Instituto do Ambiente);
- Projecto *Carta da Terra. Instrumento de sustentabilidade* – (Coordenação: Associação Portuguesa de Educação Ambiental);
- Projecto *Eurolifenet* (Coordenação: CITIDEP);
- Projecto *O ambiente é de todos, vamos usar bem a energia* (Coordenação: EDP).

Prevê-se e será de toda a conveniência que o conjunto de iniciativas aqui referidas seja alargado de acordo com a implementação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

2.3.3. Projectos-Autarquias

Ao nível das autarquias, propõe-se lançar projectos que visem **avaliar a situação dos municípios portugueses** em termos de Desenvolvimento Sustentável de acordo com um conjunto de indicadores validados e conceder o reconhecimento público àqueles que satisfizerem certos patamares de exigência.

Pretende-se fomentar a aposta das autarquias nos valores económicos, naturais, sociais e institucionais do Desenvolvimento Sustentável, potenciando as **dinâmicas de participação** no quadro da Agenda 21 Local e Agenda21 Escolar. A simples divulgação destes projectos poderá ter efeitos multiplicadores.

Tendo em conta um horizonte temporal de 10 anos, será construída uma base de dados georreferenciada de âmbito nacional e com actualização periódica. Esta base de dados deve incluir informação sobre o processo de recolha e validação dos dados e ficará disponível num sítio na Internet.

Objectivos

- Avaliar a situação dos municípios portugueses em termos de Desenvolvimento Sustentável e conceder àqueles que satisfizerem certos patamares um galardão (ou outra distinção) que traduza esse reconhecimento de forma pública;
- Construir uma Base de Dados georreferenciada de âmbito nacional e com actualização periódica, criando indicadores mais fiáveis (qualitativos e quantitativos).

Efeitos de arrastamento

- Empenhar as autarquias na aposta nos valores da sustentabilidade
- Criar dinâmicas de participação fomentadas pela própria disseminação da informação sobre a qualidade de vida e do Desenvolvimento Sustentável local.
- Fornecer dados e informações locais actualmente deficitários ou inexistentes
- Fomentar e difundir informação
- Promover a interacção entre diversos actores e instituições (instituições da administração pública, laboratórios de investigação, ONG, universidades, comunicação social...)
- Potenciar a implementação dos processos de Agenda 21 Local.
- Mobilizar os centros de investigação no sentido de afinar indicadores existentes e de criar outros mais fiáveis (quantitativos e até qualitativos);

Exemplos

Também aqui existem várias iniciativas no terreno que já são ou podem ser orientadas no sentido da Educação para o

Desenvolvimento Sustentável, de que são exemplo, entre outras, as seguintes:

- Projecto *ECO XXI* – levantamento e análise ponderada de uma série de indicadores de Desenvolvimento Sustentável à escala municipal, estabelecendo uma escala de classificação para posterior atribuição de uma “bandeira verde” (Coordenação: Associação Bandeira Azul da Europa - ABAE).
- Projecto *Portal Agenda 21 Local* – pretende colocar *on-line* toda a informação relevante sobre a implementação dos processos de AL 21 nas autarquias, com toda a informação, participação e mobilização que tal implica (Coordenação: Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto).

2.4. Acções Transversais

Para além das Áreas de Intervenção referidas no ponto anterior e dos públicos-alvo que elas pressupõem, existe uma evidente necessidade de lançar acções que consigam chegar a toda a sociedade, formando os cidadãos sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável, e de o fazer não só em termos informacionais mas também através de práticas que possuam um papel estruturante no desenvolvimento e de forma socialmente enquadrada.

Decidiu-se assim lançar três **Acções Transversais nos domínios dos Media, do Consumo/Mercado e das Organizações Não-Governamentais**. Estas acções atingirão potencialmente toda a população.

Quanto à dimensão comunicativa, é da maior importância cativar e co-responsabilizar os **agentes mediáticos**, apelando à sua responsabilidade social na definição de uma nova estratégia cultural neste âmbito.

No que respeita ao **Mercado**, optou-se por uma estratégia que visa criar uma reacção circular em cadeia que multiplique as práticas das empresas e dos consumidores:

- tentar fazer progredir as práticas produtivas e de marketing graças a uma maior pressão da procura no sentido do Desenvolvimento Sustentável
- e, simultaneamente, tentar fazer progredir no mesmo sentido as práticas de consumo graças a uma pressão da oferta. São parceiros essenciais destas acções, as empresas mais dinâmicas já despertas para a problemática do

Desenvolvimento Sustentável e as organizações de consumidores.

Finalmente, reconhecendo a importância das **Organizações Não Governamentais** no seio da sociedade civil - e o papel que muitas delas desempenham na sensibilização e educação para o Desenvolvimento Sustentável - consideraram-se estas como actores-chave para a mobilização de outros agentes, articulação e dinamização de acções de informação, formação e educação. Os projectos nesta área ou áreas afins, que já estão em curso, podem também constituir veículos potenciadores para visibilidade e conhecimento do Desenvolvimento Sustentável de um número cada vez maior de cidadãos.

2.4.1. Media

Os "media" surgem neste documento não apenas como parceiros mas também como destinatários de projectos e são entendidos de forma lata:

- a) órgãos de comunicação social (jornais, rádio, TV, Internet)
- b) profissionais desses meios (jornalistas, produtores, apresentadores, entertainers)
- c) publicidade e marketing

A necessidade de **envolver os Media** numa estratégia de Educação para o Desenvolvimento Sustentável tem a ver com diferentes razões:

- É difícil inscrever uma questão na agenda política, empresarial ou científica sem a inscrever antes de mais na agenda mediática (leia-se neste caso: jornalística ou informativa).
- Os Media influenciam de forma determinante os comportamentos dos agentes públicos e dos consumidores privados (leia-se neste caso media em sentido lato: entretenimento, publicidade, marketing).
- Os Media possuem competências específicas (comunicacionais e relacionais) que devem ser apropriadas pelos vários agentes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável se estes pretenderem divulgar as suas mensagens de forma clara e eficaz e atingir os vários públicos-alvo.
- Os Media constituem um suporte imprescindível para as campanhas publicitárias, de informação ou de formação que terão de ser levadas a cabo no âmbito da Década.

Auto-regulação e formação profissional

Propõe-se manter uma discussão aberta com os profissionais desta área que suscite mudanças endógenas.

- Propõe-se convidar os profissionais dos Media a reflectir sobre os valores que promovem e a discutir comportamentos e regras de conduta à luz dos valores do Desenvolvimento Sustentável. O que se pretende não é agir evidentemente sobre as mensagens que os Media produzem, mas estimular a sua discussão e auto-regulação, depois de os sensibilizar para o problema.
É preciso ter em conta que os profissionais dos Media constituem grupos diversos, com culturas e deontologias

distintas, e que os seus produtos são tão diversos como notícias, telenovelas, "talk shows" ou publicidade. Pensamos, porém, que é possível inserir na sua auto-regulação (nos seus manuais de boas práticas, códigos deontológicos, na cultura das suas organizações ou simplesmente nos seus hábitos) as preocupações do Desenvolvimento Sustentável.

- A formação profissional específica para jornalistas no domínio do Desenvolvimento Sustentável constitui uma necessidade fundamental, já que se reflectirá numa cobertura mais atenta e com maior qualidade destas questões.

Intermediação

Existe uma importante competência dos órgãos de informação que pode e deve ser utilizada: a sua capacidade de intermediação social, devido à sua cultura de interpelação, à sua posição institucional equidistante, às suas competências de descodificação dos discursos e à informalidade da sua abordagem dos públicos.

- Devido a esta capacidade de intermediação e à sua responsabilidade como formadores de opinião, os Media podem e devem ser convidados pela sociedade a assumir de forma mais activa o papel de motores e árbitros dos processos de discussão pública onde se abordam as questões da sustentabilidade.

Comunicar o Desenvolvimento Sustentável

- Para além do sentimento de responsabilidade social da Imprensa que se pretende estimular, é indispensável ter em conta que uma estratégia de promoção do Desenvolvimento Sustentável ou de Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve poder fazer chegar a sua mensagem aos cidadãos através de acções comunicacionais próprias – e deve levar em conta essa questão ao definir as suas necessidades de financiamento.
- Além de métodos clássicos, como a publicidade em jornais ou os folhetos, não devem ser esquecidas as novas ferramentas de comunicação como a publicidade on-line, os blogues, fóruns, SMS, MMS, RSS e outras, que podem permitir uma eficaz difusão de mensagens.

Publicidade e Marketing

Os consumos privados e os estilos de vida são marcados de forma evidente pela Publicidade e Marketing. Estas actividades são reguladas por códigos de boas práticas mas nem sempre os seus produtos veiculam os valores da sustentabilidade.

Pretende-se:

- Convidar estes sectores a manter uma atenção crítica sobre a sua actividade e a discutir regularmente com os seus clientes e com outros parceiros os valores que promovem, de forma a manter o Desenvolvimento Sustentável no primeiro plano das suas preocupações ("share of mind").
- Desafiar os sectores da Publicidade e do Marketing a encontrar formas inovadoras de promover os valores da sustentabilidade.

Entretenimento e novos media

- Telenovelas, "talk shows" e outro tipo de programas televisivos são poderosos meios de transmissão de mensagens para a sociedade. Deve haver um trabalho formativo junto dos produtores no sentido de os despertar para as questões do Desenvolvimento Sustentável.
- Os novos media (blogues, "citizen journalism", publicações comunitárias) têm ainda uma expressão reduzida em Portugal, mas a sua influência é crescente e devem também ser conquistados para a agenda da sustentabilidade.

2.4.2. Consumo/Mercado

A produção e o consumo são duas faces de uma mesma realidade. É hoje inquestionável que a promoção de um consumo sustentável se tornou essencial para a alteração das práticas produtivas que o não são. Este pode ser o ponto de partida para uma proposta de acção de duplo efeito na educação do cidadão para o consumo sustentável de bens e serviços:

- a)** por um lado, agir sobre o mercado através da procura, para quebrar o círculo vicioso de práticas empresariais menos sustentáveis que são alimentadas pela pressão da procura
- b)** por outro lado, construir um diálogo construtivo com as empresas e agir sobre os consumidores através delas.

Entre os parceiros privilegiados neste diálogo encontra-se o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD-Portugal), a

Associação Grace, a Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas, o Instituto do Consumidor, a DECO e outras ONG de defesa do consumidor.

Propõe-se estruturar esta dinâmica em torno de dois conceitos: a **informação ao consumidor** sobre produtos e serviços e a **transparência sobre processos de produção**.

A acção consiste basicamente num processo de Educação do Consumidor para um Consumo Sustentável levado a cabo através das empresas parceiras e em torno dos seus próprios produtos, serviços e processos. Pressupõe-se que este processo de "Educação do Consumidor" constituirá, pela dinâmica dos parceiros envolvidos e pelo papel de exemplo das empresas participantes, também um processo de "Educação do Produtor", que se traduzirá em melhorias das práticas das empresas em geral. Os materiais a distribuir e as acções a levar a cabo deverão ser o resultado de um processo de diálogo entre empresas e representantes dos consumidores (onde deverão também participar entidades reguladoras e de certificação, ONG e outras organizações) e que terá de merecer a aprovação (chancela) das instâncias responsáveis pela implementação da Década em Portugal.

O objectivo será ajudar os consumidores a fazer escolhas sustentáveis e ajudar as empresas a satisfazer essa procura, numa espécie de espiral virtuosa.

A eficiência energética dos processos, as questões ligadas à reutilização e reciclagem de embalagens, a poupança de recursos naturais ou as questões de logística surgem como temas possíveis para alguns destes projectos.

O programa "Carbon zero" – que fornece uma chancela a empresas com um balanço zero de emissões de carbono, que compensam as suas emissões com plantações de árvores – é um exemplo a estudar neste contexto, pelo que significa de incentivo à sustentabilidade dos processos de produção, pelo apelo a um consumo sustentável por parte dos cidadãos e pelo fortalecimento da cadeia de valor das empresas através da assunção e comunicação de uma atitude socialmente responsável.

2.4.3. Organizações Não Governamentais

Contributo das ONG

As ONG são actores fundamentais em todo este processo, podendo dar um contributo destacado em três áreas fundamentais: mobilização de parceiros diversos; sensibilização dos públicos-alvo; e

educação, assegurando a integração do DS e EDS em todas as suas acções.

Tal poderá potenciar não só a divulgação alargada da temática mas também uma mobilização em rede com efeito “bola de neve” chegando a públicos mais alargados e assegurando uma disseminação e envolvimento mais substanciais.

Esta intervenção é feita de diversas formas: discussão pública, divulgação de informação relevante, participação em actividades diversas, elaboração de pareceres, projectos de educação ambiental, incentivos à investigação, acções de sensibilização, informação ou formação direccionadas para diversos públicos, entre outras.

Para assegurar uma maior eficácia e visibilidade da EDS propõe-se encorajar a criação de uma plataforma de ONG para a EDS que teria a chancela da UNESCO e que serviria como ponto focal de divulgação e mobilização.

Objectivos

- Reforçar a participação activa e fundamentada nos processos de discussão pública, enriquecendo o debate e disponibilizando o conhecimento técnico-científico a favor do aprofundamento das questões da sustentabilidade.
- Incentivar, divulgar, apoiar ou promover iniciativas locais e regionais, no sentido de operacionalizar os objectivos expressos, recorrendo aos contactos privilegiados de cada uma.
- Criar e apoiar a criação de grupos de pressão que mantenham este tema na ordem do dia enquanto parceiros ou consultores de projectos doutros.

2.5. Acções Complementares

- Realizar um workshop anual para avaliar os progressos na implementação da estratégia da Década.
- Instituição de prémios UNESCO de Desenvolvimento Sustentável (por exemplo na área do documentário, jornalismo, investigação científica ou tecnológica, participação cívica, educação ambiental, entre outros).
- Realizar uma exposição sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, destinada a jovens, com uma versão itinerante.

- As iniciativas no âmbito da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável poderão solicitar o patrocínio institucional da UNESCO e / ou da Comissão Nacional da UNESCO.
- Realizar projectos em Áreas Protegidas – como a Rede Nacional da “Escola na Natureza” - de modo a que os estudantes de todos os graus de ensino conheçam mais a fundo as Áreas Protegidas e a sua importância crucial para o Desenvolvimento Sustentável.

3. Próximos Passos

- Apresentação deste contributo para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável através da respectiva publicação *on-line* no *site* da Comissão Nacional da UNESCO visando suscitar o debate público.
- Solicitar ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) e ao Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa (CNEL) – como entidade fundamental na promoção do Desenvolvimento Sustentável em Portugal – que se associe à discussão e futura concretização das propostas aqui apresentadas, contribuindo eles próprios com uma reflexão nesta matéria.
- Abertura de um período para apresentação de propostas de acções por parte de instituições públicas e sociedade civil.
- Realização de um workshop técnico, até ao final de Junho de 2006, para discussão deste documento, assim como da estrutura organizativa de implementação destas linhas de acção.
- Realização de uma conferência internacional até ao final do ano, com o propósito de dinamizar o processo e apresentar iniciativas, promovendo uma discussão alargada aos temas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

4. Bibliografia - Documentos de Referência

- **Agenda 21: Programa de Acção Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, 1992**
<http://www.un.org/french/events/rio92/agenda21/action36.htm>
- **Carta da Terra**
<http://www.chartedelaterre.org>
- **Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002**
http://www.onuportugal.pt/body_cimeira_mundial_sobre_desenvol1.html
- **Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)**
<http://www.cnads.pt/documentos.asp>
- **Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005.**
<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf>
- **Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003**
http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID=29911&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- **Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa**
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10241.htm>
<http://www.planotecnologico.pt/index.php?page=2>
- **Década das Nações Unidas da Educação para a Alfabetização (2003-2012)**
http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=41139&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- **Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, 1992**
http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_6180_1_0001.htm
- **Educação para Todos**
http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/background/un_resolution_1997.shtml

- **Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005**
http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=33,32142&_dad=gov_portal_ia&_schema=GOV_PORTAL_IA&_id_doc=6332&_id_menu=5608
- **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável**
http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf
- **Fórum Mundial sobre Educação para Todos, Dakar, 2000**
http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/framework.shtml
- **INSTITUTO DO AMBIENTE, *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS*, Lisboa, (versão 2002) Aguarda-se a nova proposta da ENDS sujeita a consulta pública**
http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=33,32142&_dad=gov_portal_ia&_schema=GOV_PORTAL_IA&_id_doc=5829&_id_menu=5332
- **MOTA, Isabel, *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005/2015)*, Lisboa, Pandora, 2005**
- **Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, 2000**
http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&ask=view&id=221&Itemid=253
- **Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território – PNPOT, 2006**
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/PNPOT/PNPOT%20RCM%2027%20Abril%202006.pdf>
- **Projecto de Plano de Aplicação Internacional da DNUEDS, 2005**
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001390/139023S.pdf>

